



DCV 125 – Teoria Geral de Direito Privado I

Prof. Cristiano de Sousa Zanetti

Material para aula prática do dia 27.II.19

Tema: Arts. 1º, 2º, 3º e 6º da Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro

Exercício 1: Analise o conjunto de normas transcritas abaixo e responda:

CONSTITUIÇÃO	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/2015)
Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) III - cobrar tributos: (...) b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;	LIVRO COMPLEMENTAR. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS. Art. 1.045. Este Código entra em vigor após decorrido 1 (um) ano da data de sua publicação oficial.
LEI 13.050/2014 Art. 1º. Fica instituído o Dia Nacional do Macarrão, a ser celebrado em todo território nacional, anualmente, no dia 25 de outubro. Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	

- Como se designa o intervalo de tempo entre a publicação de uma norma jurídica e a produção de seus efeitos?
- No silêncio normativo, qual é esse lapso?
- Qual a razão de ser para que haja, entre a publicação e efeitos da norma, um intervalo temporal? Nos casos acima referidos, por que esse lapso varia tão drasticamente (de zero a um ano)?
- Como se conta esse prazo?

Exercício 2. Em 1996, as empresas Comércio de Roupas Ltda. e Indústria de Calçados Ltda. firmaram contrato totalmente regido pelo Código Civil de 1916. Em 2000, a primeira ingressa em juízo contra a segunda alegando descumprimento de uma série de dispositivos do referido código. Após regular processamento do feito em primeira instância, o juiz profere sentença favorável à Autora, cuja publicação ocorre no dia 8 de janeiro de 2003.

Considerando que o prazo para interposição de recurso é de 15 dias e que o atual Código Civil, cuja entrada em vigor ocorreu em 11/01/2003, revogou uma série de dispositivos que beneficiavam a Comércio de Roupas Ltda., indaga-se: o advogado da Indústria de Calçados poderá se valer em seu recurso dos dispositivos do Código Civil de 2002?

Exercício 3: A compra e venda de veículos automotores pode ser regulada por ao menos quatro leis: a **Lei de Licitações** (Lei 8.666/93), que rege as compras feitas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios; o **Código de Defesa do Consumidor** (Lei 8.078/90), que rege as vendas feitas por fornecedores profissionais a consumidores (pessoas físicas ou jurídicas que adquirem o produto como destinatário final); a **Lei Ferrari** (Lei 6.729/79), que regula a venda das montadoras às concessionárias de veículos; e o **Código Civil** (Lei 10.406/2002), que regula a compra e venda em geral. Considerando esse fato, responda:

- a) Quais são as modalidades de revogação de leis no Direito Brasileiro?
- b) Como se explica a circunstância de que tantas leis regulem a mesma operação econômica, sem que haja revogação?
- c) Se o Código de Defesa do Consumidor (de 1990) tivesse revogado artigos da Lei Ferrari (de 1979) e, posteriormente, o Código Civil (2002) tivesse revogado essas disposições do Código de Defesa do Consumidor, isso significaria que a Lei Ferrari teria voltado a vigor?

*

*

*